



Correio Manhã

29-12-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 174177

Temática: Justiça

Dimensão: 1883 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6/7

REVELA MINISTÉRIO PÚBLICO

CRAQUES DO FUTEBOL COM OFFSHORES

**CAÇADOS
NA OPERAÇÃO
FURACÃO**



RUI COSTA NUNO GOMES JOÃO VIEIRA PINTO

➤ **INVESTIGAÇÃO**
a empresário Alcino António descobre sociedades em paraísos fiscais ligadas a futebolistas **P.6 E 7**



OPERAÇÃO FURACÃO

2004 | INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO

O Departamento Central de Investigação e Ação Central (DCIAP) iniciou o inquérito da Operação Furacão em 2004 com uma investigação à ESGER, empresa do Grupo Espírito Santo (GES). As primeiras buscas foram efetuadas pelo DCIAP em outubro de 2005 na ESGER e em vários bancos.

REVELA MINISTÉRIO PÚBLICO

Craques apanhados na Operação Furacão

JUSTIÇA ♦ Acusação revela que Rui Costa, Nuno Gomes e João Vieira Pinto terão sido beneficiários de sociedades offshore

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Rui Costa, Nuno Gomes e João Vieira Pinto, três dos mais famosos jogadores portugueses de sempre, terão sido beneficiários de sociedades offshore em 2001 e 2002, quando os dois primeiros jogavam em Itália e o último era jogador do Sporting. As offshores terão sido, segundo a última acusação na Operação Furacão, criadas pela consultora PIC Premier. Os três jogadores são referidos na investigação ao empresário Alcino António, que foi arquivada por falta de provas suficientes. Quanto aos jogadores, não se apurou se terão fugido ao Fisco.

A acusação do Ministério Público no processo nº 81/07, que foi proferida no mês passado, é categórica: "Alcino António foi

JOGADORES REFERIDOS NO CASO DO EMPRESÁRIO ALCINO ANTÓNIO

CASO FOI ARQUIVADO. NÃO FOI APURADO SE ATLETAS ESCAPARAM AO FISCO

interrogado como arguido, tendo-lhe sido imputados factos relativos à intermediação entre a PIC Premier e vários jogadores de futebol e Horácio Silva, tendo negado a prática dos mesmos." O documento, que o CM consultou esta semana no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), acrescenta: "Na realidade, surgiu a suspeita de que o arguido Alcino António apresentou os serviços da PIC Premier, nos



1 Rui Costa terá sido beneficiário de empresas sediadas em paraísos fiscais em 2001/2002, quando jogava na AC Milan 2 Nuno Gomes terá tido offshores no mesmo período, quando era jogador da Fiorentina 3 João Vieira Pinto terá usufruído de paraísos fiscais, no mesmo período de tempo, quando jogava no Sporting

anos de 2001 e 2002, aos jogadores de futebol Nuno Ribeiro [Nuno Gomes], Rui Costa e João Vieira Pinto, na medida em que se apurou que estes à data seriam beneficiários de entidades offshore proporcionadas pela PIC Premier."

A acusação refere ainda que "não se logrou apurar, relativamente aos supra referidos jogadores, de que forma a integridade da estrutura terá sido proporcionada pela PIC Premier e de que modo tal influiu na situação fiscal dos mesmos."

Contactado pelo CM, Rui Costa afirmou: "Estou a ouvir isso pela primeira vez. Não tenho conhecimento e não tenho rigorosamente nada a ver com isso." Já Nuno Gomes escusou comentar o assunto. O CM contactou João Vieira Pinto por telemóvel e SMS, que não atendeu nem respondeu à mensagem.

Neste inquérito da Operação Furacão, a PIC Premier é acusada de ter desenvolvido esquemas de evasão fiscal. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Alcino António terá sido o intermediário entre a PIC Premier e os atletas

Alcino António angariava clientes para a PIC Premier

O empresário Alcino António, vice-presidente suplente do Benfica, foi investigado pelo DCIAP por ter angariado clientes para a PIC Premier, com vista a beneficiarem de um suposto planeamento fiscal. Contactado, o empresário escusou fazer comentários. ●

CORREIO QUINTA-FEIRA 29 DEZEMBRO 2016



BUSCAS | JOGADORES DO FC PORTO EM CAUSA

No âmbito da Operação Furacão, foram apreendidos, em buscas realizadas no final de 2006, no inquérito relacionado com a ESGER, documentos relacionados com as transferência de 12 jogadores do FC Porto, nomeadamente os argentinos Lucho González e Lisandro López e os brasileiros Luís Fabiano e Anderson.

PORMENORES

Mário Castro acusado

Mário Castro, então diretor da PIC Premier, é um dos 42 arguidos acusados pelo Ministério Público no processo 81/07 da Operação Furacão. Está acusado da prática de 49 crimes de fraude fiscal qualificada.

Capinha Lopes acusado

Eduardo Capinha Lopes, arquiteto do Freeport de Alcochete, foi também acusado. Para o Ministério Público, o arquiteto aceitou esquemas feitos pela Premier para a obter vantagens ilegais em impostos.

Gato Preto investigada

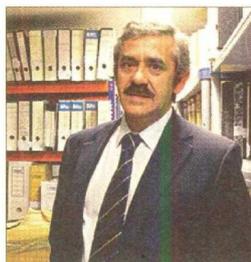
A Loja do Gato Preto foi investigada na Operação Furacão. De 2002 a 2006, a empresa acumulou, na Suíça, 9,2 milhões de euros. Em 2007, o dinheiro foi transferido para Portugal.

Visabeira investigada

A Visabeira foi também investigada no âmbito do processo 81/07 da Operação Furacão. Estavam em causa 3,1 milhões em impostos, que pagou.

PIC TEM COMISSÕES DE 3,2 MILHÕES DE EUROS

A PIC Premier ganhou, segundo o Ministério Público, com o esquema fraudulento, mais de 3,2 milhões de euros em comissões indevidas, entre 2001 e 2009. A PIC era liderada por Mário Castro, acusado no processo. ●



Rosário Teixeira, do DCIAP

Fraude gera prejuízo de 44,8 milhões

Os esquemas de faturação fraudulenta desenvolvidos pela PIC Premier causaram ao Estado, segundo a acusação do Ministério Público no processo 81/07 da Operação Furacão, um prejuízo de cerca de 44,8 milhões de euros em sede de IRC e IRS, entre 2001 e 2005. Desse total, os arguidos já pagaram mais de 34,4 milhões de euros, faltando ainda regularizar cerca de 10,4 milhões de euros.

No mês passado, o Ministério Público deduziu acusação contra 42 arguidos, por crimes de fraude fiscal qualificada. No essencial, está em causa a criação e disponibilização pela PIC Premier de esquemas de faturação fraudulenta a diversas empresas e pessoas singulares.

Com esse esquema, o dinheiro escondido do Fisco era desviado para contas de sociedades sediadas em paraísos fiscais. ●



Empresa pagou 8,7 milhões de €

Soares da Costa regulariza situação

A Sociedade de Construções Soares da Costa, atual Grupo Soares da Costa, regularizou a sua situação fiscal, depois de investigada no processo 81/07. Para beneficiar da suspensão provisória do processo, a empresa pagou mais de 8,7 milhões de euros em impostos em falta. ●